



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Gabinete Da Vereadora **KAMILLA ROCHA**

PROJETO DE LEI Nº. _____/2022

DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA EM OBRA PÚBLICA PARALISADA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES, CONTENDO A EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS DE SUA INTERRUÇÃO COM DADOS DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Torna-se obrigatória a afixação de placas informativas pelas empresas privadas responsáveis, em obras públicas municipais, ou que tenham a participação do Poder Público Municipal, que estejam paralisadas.

§ 1º. Serão responsáveis pela fixação das placas informativas versadas neste artigo a empresa privada, ora vencedora da licitação e responsável pela obra.

§ 2º. Para efeitos desta Lei, deve ser considerada a obra na situação de “paralisada” a que estiver com as atividades cessadas no período mínimo de 60 (sessenta) dias ou já houver formalizado o Termo de Paralisação/Rescisão.

§ 3º. As placas informativas deverão estar obrigatoriamente em local de fácil visibilidade e em perfeito estado de conservação, durante todo o tempo de paralisação da obra, e conter as seguintes informações:

- I – Motivo da paralisação;
- II - Data de início da paralisação;
- III – Providência para continuidade da obra.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Gabinete Da Vereadora **KAMILLA ROCHA**

Art. 2º A empresa responsável pela obra terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a fixação da placa informativa no local da obra paralisada, a contar das condições previstas no § 1º do Art. 1º.

§ 1º. A empresa responsável pela obra, no mesmo prazo, remeterá à Câmara Municipal de Guarapari/ES um ofício com as motivações da paralisação e quais serão as providências tomadas para que a mesma tenha suas atividades retomadas.

§ 2º. As informações anexadas ao ofício também devem ter caráter de divulgação pública, de modo que sua divulgação seja veiculada nos demais portais e redes oficiais da Prefeitura de Guarapari/ES.

Art. 3º. Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarapari, 30 de maio de 2022.

KAMILLA CARVALHO ROCHA
Vereadora





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Gabinete Da Vereadora **KAMILLA ROCHA**

JUSTIFICATIVA

A presente proposição impõe uma responsabilidade junto a **empresa** responsável pela execução da obra, não gerando qualquer despesa ou atribuição ao Poder Executivo Municipal.

Não existindo qualquer vício de inconstitucionalidade que possa vir a macular aprovação desta lei.

